

NOTAS EXPLICATIVAS AOS BALANÇOS - EXERCÍCIO 2016

As demonstrações contábeis desta Unidade Gestora 080004 – Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região previstas nos anexos atualizados (Portaria STN 438/12) da Lei 4320/1964, e na NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis, estão padronizadas conforme a Portaria STN nº 700/2014, que aprovou a parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público da 6ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP):

- Balanço Orçamentário
- Balanço Financeiro
- Balanço Patrimonial
- Demonstrações das Variações Patrimoniais
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa

1 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Na execução orçamentária desta UG 080004 no exercício de 2016, podemos destacar que a despesa liquidada até o final do exercício de R\$ 465.162.408,25, representa 98,81% da dotação empenhada de R\$ 470.742.583,52, demonstrando que os créditos orçamentários estão sendo liquidados quase que em sua totalidade dentro do exercício de competência, restando um percentual 1,19% de inscrição em restos a pagar não processados (5.580.175,27).

Dentro do grupo de investimentos da despesa empenhada, destaca-se a participação de 92,55% do elemento de despesa 52 onde se concentram as aquisições de bens móveis, principalmente equipamentos de proteção e segurança e informática (2.185.867,91).

Do total de orçamento empenhado, 89,35% refere-se às despesas de pessoal e encargos sociais do próprio órgão, incluindo R\$ 101.032.818,29 de precatórios/SPV de outros órgãos e entidades e também da administração direta, e teve um incremento para atender à implantação parcial em julho e novembro/16 do aumento da remuneração autorizada pela Lei 13.317/2016 que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União.

Dos valores inscritos em RPNP temos como representativo nas despesas de pessoal um saldo de R\$ 724.300,55 referente pendências no ressarcimento da remuneração e encargos sociais de pessoal requisitado de estados/Municípios, em virtude do atraso de alguns Órgãos estatais para enviar a documentação necessária para efetivar o ressarcimento.

É possível perceber que os valores liquidados foram praticamente pagos na sua totalidade, restando o saldo de R\$ 111.067,20 em restos a pagar processados.

Todos os pagamentos de empenhos inscritos em Restos a Pagar em 2015 foram realizados ao longo de 2016 com autorização do Ordenador de Despesas, após solicitação das unidades administrativas responsáveis pela requisição dos bens ou prestação dos serviços, tendo sido pago/cancelado 100% dos Restos a Pagar Processados e 92,48% dos Restos a Pagar Não Processados foram realizados através de pagamento e cancelamento, valores confirmados também no Balanço Financeiro.

As receitas correntes próprias arrecadadas diretamente por este Regional por meio de Guia de Recolhimento da União GRU, valores verificados no Balanço Orçamentário por UO 15108, foram provenientes da administração de depósitos judiciais, precatórios, requisições de pequeno valor (transferências correntes) recolhidas na fonte 81 – Recursos de Convênios de R\$ 6.885.039,13, e daquelas decorrentes da onerosidade da

cessão de uso de espaço físico de R\$ 293.978,10 (Aluguel/Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado) e rateio das despesas de manutenção de R\$ 101.842,59 (indenizações/restituições e ressarcimentos), que constituem receitas próprias - fonte 50.

O valor mais expressivo das receitas arrecadadas em 2016, representada por 94,56% de R\$ 7.280.859,82, referem-se àquelas oriundas da remuneração mensal dos depósitos judiciais pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

2 – BALANÇO PATRIMONIAL e DEMONSTRAÇÕES das VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

O destaque do Ativo Realizável a Longo Prazo são os créditos a receber de R\$ 366.888,97 (conta 12121.98.26) referente ao aporte inicial antecipado pelo TST em 2013 referente a este Regional e baseado nos limites da LRF (R\$ 289.746,82), e a atualização monetária pelo IPCA, a título de adiantamento de contribuições futuras para a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário – FUNPRESP-JUD, para futuras compensações definidas no Protocolo de Compromisso firmado entre o Judiciário Federal e a FUNPRESP-JUD (Ofício Circular CSJT.GP.SG.CFIN 21/2015 e Mensagem CFIN/CSJT 40/2015), ou seja, quando o fundo atingir seu ponto de equilíbrio (o montante das receitas administrativas da FUNPRESP-JUD exceder o das despesas administrativas no mesmo ano calendário).

Na avaliação e mensuração patrimonial do estoque, Imobilizado e Intangível foi adotado o critério definido pela NBC T 16.10, de valor de aquisição, produção para os estoques e os bens móveis, além do método do preço médio ponderado das compras para as saídas dos bens de almoxarifado, e dos custos de construção, acrescidos dos valores das benfeitorias realizadas para os bens imóveis.

O imobilizado é responsável por 82% do total do Ativo e os mais representativos itens dos bens móveis são de equipamentos de processamento de dados (R\$ 21.586.853,84) seguido pelo mobiliário em geral R\$ 5.865.765,35 e pelos veículos R\$ 2.182.415,65. No ativo intangível estão retratados os investimentos em softwares, todos com vida útil definida e sujeitos à amortização.

Depreciação e Amortização

A depreciação dos bens móveis permanentes foi registrada por esta UG considerando o início em janeiro/2010 e utilizando o “Método Linear ou das Quotas Constantes”, obtendo-se o valor depreciável e residual, conforme previsto na macrofunção 02.03.30, itens 7.1 e 7.2 (versão de 16/12/2016).

Na estimativa da vida útil econômica dos bens móveis, este Regional utilizou a tabela padrão de vida útil (anos) e de valor residual (percentual) definida pela STN e disposta na macrofunção 02.03.30, item 6.3.

Quanto ao registro da amortização dos softwares no ativo intangível, o sistema de controle patrimonial deste Regional utilizou a metodologia baseada na vigência contratual das licenças de uso para estimar a vida útil e a taxa de amortização, apresentando um saldo final de R\$ 573.816,23, deduzidos os valores decorrentes de reversões pelo término do contrato.

O encargo anual da depreciação dos bens imóveis de R\$ 870.866,56 foi registrado mensalmente pela Coordenação Geral de Contabilidade (CCONT/STN) com base em planilha disponibilizada pela SPU que é o órgão competente para a administração dos imóveis da União, e acumula um montante de R\$ 1.828.591,80.

Ajustes de exercícios Anteriores

Os valores contabilizados no exercício 2016 diretamente na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, UG 080004, representam um saldo credor de R\$ 1.426.861,11 e são decorrentes de acréscimos e decréscimos do ativo em decorrência, respectivamente, de reavaliação a maior dos equipamentos de processamento de dados e sua respectiva depreciação (16NS003100) e a menor da conta patrimonial 12311.03.01-Aparelhos e Utensílios Domésticos (16NS003850) e tiveram os seguintes impactos no patrimônio:

ACRÉSCIMOS	Valor R\$	DECRÉSCIMOS	Valor	Diferença
Reavaliação	2.934.810,08	Reavaliação	329.420,97	
Depreciação	-	Depreciação	1.178.528,00	
Total	2.934.810,08	Total	1.507.948,97	1.426.861,11

Passivo Circulante e Resultado do Exercício e Variações Patrimoniais

Aumentativas e Diminutivas

Em 2016 houve uma considerável redução no Passivo Circulante de curto prazo com reflexo no Resultado Patrimonial do Período, referente apropriação antecipada de precatórios de pessoal a pagar, 21111.03.00, em dez/2015 no valor de R\$ 95.928.465,72 (2015NS005214), referente a despesas com precatórios federais trabalhistas constantes da LOA 2016, diferentemente do procedimento adotado em 2016, onde os precatórios constantes da LOA 2017, R\$ 4.397.686,38, serão apropriados pela Setorial Financeira da JT, não impactando a VPD desta UG em 2016, consoante Mensagem SIAFI 2017/0015677, tendo como resultado a evolução de um resultado patrimonial deficitário de R\$ 92.208.258,58 em dez/2015 para um superávit em dez/2016 de R\$ 53.862.484,91, dados demonstrados nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, VPD de Remuneração a Pessoal.

A VPA Reavaliação de Ativos das “Demonstrações das Variações Patrimoniais” refere-se a reavaliação de bens imóveis com impacto no resultado do exercício 2016 de R\$ 3.288.869,61 (conta 46111.02.00 – reavaliação de bens imóveis), sendo R\$ 1.172.901,42 decorrente de atualização por acréscimo de benfeitorias (projeto/instalações) nos imóveis cadastrados no SPIUnet (16NL800001,800002,800005) e reavaliação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUNET, conta corrente IM (IM7IR0012 a IM7IR0015), 16NS002392, de R\$ 2.115.968,19, baseado em laudo técnico de avaliação elaborado pela Divisão de Engenharia deste TRT, bem como foi registrado R\$ 2.446.854,72 na conta 35902.01.00 – doações/transferências concedidas, referente transferência de domínio para a UG 170043 (SPU/CE) dos Imóveis - RIPs nº. 1447.00015.500-1 (Juazeiro do Norte/CE) e 1385.00018.500-4 (Crato/CE), em virtude da mudança para as novas instalações do Fórum Trabalhista da região do Cariri/CE realizada por meio do SPIUnet e contabilizada no SIAFI por meio das 2016NL800003 e 2016NL800004, além da incorporação de R\$ 570.000,00 referente doação recebida de um terreno do município de São Gonçalo do Amarante/CE para construção do Fórum Trabalhista (45905.01.00 – doações/transferências recebidos)

Fornecedores e Contas a Pagar

No encerramento do exercício de 2016, este Regional Trabalhista apresentou um saldo em aberto de R\$ 38.609,40 referente aos fornecedores nacionais de curto prazo.

A variação mais representativa ocorrida na conta de fornecedores em relação a 2015 foi a baixa de R\$ 324.820,36 referente Restos a Pagar 2012NE001078 do fornecedor GM

Indústria, Comércio e Serviços de Elevadores Ltda, Processo 9.078/2012, cujo serviço de modernização dos elevadores foi parcialmente executado e teve o contrato cancelado, sendo autorizado o cancelamento do saldo através do 2016NE000379.

Passivos por competência, provisões a longo prazo e reconhecimento de passivos trabalhistas sem suporte orçamentário.

No passivo circulante foram contabilizados em conta contábil específica (21111.04.00), detalhada por inscrição genérica, os passivos trabalhistas existentes na Justiça do Trabalho devidos aos servidores, em cumprimento à Mensagem CFIN/CSJT 53/2015, com saldo final em dez/16 de R\$ 62.850.378,33, saldo incrementado por valores de correção monetária e juros não registrados em 2015, bem como os respectivos valores de encargos sociais de R\$ 2.054.354,59, conta 21142.98.00.

Registramos a título de constituição de Provisões para riscos trabalhistas a longo prazo (Conta 22711.01.00) o valor de R\$ 5.956.297,39 referente ao passivo denominado vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI), por estar com exigibilidade suspensa, configurando um passivo de prazo e valor incerto.

Atos Potenciais Ativos e Passivos

Em 31/12/2016, esta UG possuía um saldo de Contratos em execução de R\$ 10.000.758,39 relacionados a obrigações contratuais, segregadas de acordo com a natureza dos respectivos contratos: R\$ 37.332,86 referente contratos de aluguéis, R\$ 2.453.886,74 de contratos de fornecimento de bens e R\$ 7.509.538,79 de contratos de serviços .

As obrigações contratuais mais expressivas são as relacionadas com serviços e representam cerca de 75,09 % do total das obrigações assumidas pelo Órgão ao final de 30/12/2016, sendo os contratos mais significativos aqueles contratados para prestação de serviços continuados de vigilância ostensiva pela empresa North Segurança LTDA e contrato de fornecimento de material permanente pela empresa Niva Tecnologia da Informação LTDA referente aquisição de Sistema Integrado de Segurança Eletrônica, composto por Sistema de Videomonitoramento, equipamentos e softwares com licença de uso.

O valor dos atos potenciais ativos de R\$ 948.103,64 refere-se ao recebimento de seguros-garantia nas contratações firmadas com terceiros pelo Regional.

Demonstrativo do Superávit Financeiro do Exercício

O Superávit Financeiro de 2016 de R\$ 4.589.272,90 refere-se ao saldo financeiro disponível em 31/12/2016 na conta 11112.20.01 – Limite de Saque c/Vinculação de Pcto. de R\$ 11.476.535,07, deduzidos os compromissos a pagar de Restos a Pagar Processados de R\$ 111.067,20, de Restos a Pagar Não Processados-RPNP de exercícios anteriores R\$ 1.196.019,70 e RPNP do exercício de 2016 de R\$ 5.580.175,27.

3 – DEMONSTRAÇÕES dos FLUXOS DE CAIXA e BALANÇO FINANCEIRO

O destaque deste demonstrativo são as transferências financeiras recebidas de R\$ 461.975.399,27, sendo R\$ 461.367.739,34 relativas à execução orçamentária (conta 45112.0300 - sub-repasse recebido), R\$ 203.086,85 de transferências recebidas para pagamento de restos a pagar (conta 45122.01.00) mais valores recebidos para restituição de Receitas Federais de R\$ 199.558,97 (45122.02.00) e R\$ 205.014,11 da conta 45122.03.00 referente restituições através de GRU, tendo como beneficiária esta

Unidade Gestora. Esses valores individualizados podem ser percebidos no Balanço Financeiro, além da Execução dos Restos a Pagar relatada nas notas explicativas do Balanço Orçamentário

4 - Reconhecimento de Ativo contingente

Esta Unidade Gestora contabiliza os ativos contingentes decorrentes de valores de honorários periciais pagos a peritos na prestação jurisdicional a pessoas carentes em contas de Controle e está registrado no SIAFI na conta 89991.13.00 – Controle de Honorários - Assistência Judiciária Gratuita, o valor de R\$ 207.030,02, que deverá ser mantido até o trânsito em julgado da decisão que confirmará ou não a reversão do ônus de sucumbência, e neste caso o valor retornará aos cofres públicos.